


Canoas, n. 49, 2022.

 <http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i49.9095>

## O Papel das Universidades no Fomento às Políticas Públicas de Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro

Carlyle Tadeu Oliveira<sup>1</sup>Barbara Teles<sup>2</sup>Edgard Rodrigues<sup>3</sup>Norma Chavao<sup>4</sup>

**Resumo:** A Economia Solidária, como alternativa atenuante ao modo de produção vigente, utiliza-se do cooperativismo e da autogestão, para que o consumo e as relações sociais possam se dar de forma mais humana, solidária e sustentável. Esse movimento passa a envolver as universidades, por meio de políticas públicas, cujos objetivos são a formação e disseminação da atividade econômica solidária. Assim, a finalidade deste trabalho é verificar como as universidades do estado do Rio de Janeiro têm contribuído para a consolidação do movimento da economia solidária na região fluminense, identificando quais ações têm sido realizadas para esse propósito e o que se pode fazer para que essas instituições de ensino sejam mais ativas para o crescimento da economia solidária. Para esta pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada uma investigação exploratória e descritiva em sites e repositórios de universidades que identificou as ações das principais instituições de ensino superior, públicas e privadas, do Rio de Janeiro. Os resultados mostram a predominância das universidades públicas na disseminação do tema economia solidária no estado, por meio de ações de extensão, ensino e pesquisa e um silêncio sobre o tema por parte das universidades privadas. Desse modo, observou-se possibilidades de crescimento da participação acadêmica nas estratégias universitárias envolvendo universidades, economia solidária e comunidades, com vistas a formas de produção mais sustentáveis.

**Palavras-Chave:** Economia Solidária; Políticas Públicas; Universidades.

### The universities' role in disseminating public policies of solidarity economy in the Rio de Janeiro State

**Abstract:** The Solidarity Economy uses cooperativism and self-management as a mitigating alternative to the current mode of production. In this sense, consumption and social relations can take place in a more humane, solidary and sustainable way. This movement begins to involve universities, through public policies, whose objectives are the formation and dissemination of solidarity economic activity. Thus, the purpose of this work is to verify how the universities of the state of Rio de Janeiro have contributed to the consolidation of the solidarity economy movement

1 Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: [carlyle.falcao@gmail.com](mailto:carlyle.falcao@gmail.com)

2 Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: [babitacia@gmail.com](mailto:babitacia@gmail.com)

3 Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: [edgardrodrigues@yahoo.com.br](mailto:edgardrodrigues@yahoo.com.br)

4 Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: [norma.chavao@gmail.com](mailto:norma.chavao@gmail.com)

in the Region of Rio de Janeiro well as to identify what actions have been carried out for this purpose. It is also aimed to identify what can be done to make these educational institutions more active for the growth of the solidarity economy. Qualitative research, exploratory and descriptive investigation were carried out on websites and repositories of universities in order to identify the actions of the main institutions of higher education, public and private, in Rio de Janeiro. The results show the predominance of public universities in the dissemination of the solidarity economy theme, through actions of extension, teaching and research and a total gap about the subject by private universities. Thus, it was observed possibilities of growth for academic participation in university strategies involving universities, solidarity economy and communities, within a more sustainable view about forms of production.

**Keywords:** Solidarity Economy; Public Policies; Universities.

## Introdução

A persistência das desigualdades sociais ao longo de nossa história é um sinal de que há um quadro social de gravidade sistêmica no Brasil. Nesse sentido, surge a necessidade de explorar novas alternativas favoráveis ao desenvolvimento social e produtivo de comunidades carentes, de modo que possam gerar renda de forma autônoma e emancipatória. Essa forma diferente de fazer economia se caracteriza pela primazia da solidariedade sobre o individual e o ganho material, fundadas em relações de colaboração e participação, inspiradas por uma índole de valores culturais denominada de Economia Solidária (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018).

Em diferentes contextos nacionais e internacionais gerou-se um movimento de economia solidária. A diversidade de práticas no seio da sociedade civil local e internacional geraram iniciativas e políticas econômicas que renovaram a economia social, oferecendo, assim, propostas concretas para outro tipo de economia, num período de crise capitalista. Como tal, não pode ser ignorada a busca de um modelo econômico e de uma ação pública renovada (LAVILLE, 2009).

O movimento da Economia Solidária no país começa em meados dos anos 1990, com o auxílio da Cáritas (entidade da Igreja Católica) por meio da recuperação de indústrias falidas, de cooperativas agrícolas nos assentamentos de reforma agrária e de cooperativas populares nas periferias metropolitanas, com a participação das incubadoras universitárias (SINGER, 2009).

A política pública federal em Economia Solidária surge de forma institucionalizada com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) em 2003, destinada a desenvolver suas políticas públicas em colaboração com os movimentos da sociedade civil e organizações não governamentais (ONGs) ligadas à economia solidária (SINGER, 2009). Segundo o ex-secretário da Senaes, Paul Singer (2009, p. 44): “A política mais importante para institucionalizar a economia solidária no governo federal é sem dúvida a de formação em economia solidária”.

É na dimensão de formação e geração de conhecimento que a universidade, por meio de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, ocupa um lugar estratégico na consolidação da economia solidária no país, segundo diretriz do Plano Nacional de Economia Solidária (PNES).

Desse modo, o objetivo deste artigo é verificar como as universidades do estado do Rio de Janeiro têm contribuído para a consolidação do movimento da economia solidária na região fluminense, quais ações têm sido realizadas para esse propósito e o que se pode fazer para que as universidades sejam mais ativas para o crescimento da economia solidária.

O recorte geográfico do território fluminense justifica-se pela importância econômica da região para o país e da insuficiência da política de formação no estado do RJ para o setor (Plano Estadual de Economia Solidária, 2017). Também foi necessário delimitar o número de instituições de ensino superior

às universidades públicas e duas das maiores universidades privadas do estado fluminense. Isto se deveu ao compromisso de desenvolvimento e transformação da realidade social que essas instituições possuem com a região onde estão inseridas (RIBEIRO, 2005; ROBERTO; SCARIOT; ZIMMERMANN, 2012) e à capilaridade de seus campi no estado.

Do ponto de vista teórico, o estudo abarca o fenômeno da economia solidária, as políticas públicas e a formação humana para o setor, com foco nas ações universitárias. Não foi objetivo desta pesquisa discutir conceitos de empreendedorismo, finanças, comércio solidário, entre outros tópicos da atividade. Como relevância acadêmica, esta pesquisa acrescenta mais informação à área da economia solidária, em especial à implementação da política pública para o setor envolvendo as universidades no estado do Rio de Janeiro. Do ponto de vista gerencial, os resultados e reflexões do estudo mostram possibilidades para gestores do estado do RJ e das universidades aumentarem suas participações no movimento da economia solidária. Além disso, ressalta-se a importância social do trabalho por trazer novas perspectivas de melhorias comunitárias por meio de um modo de produção mais justo e sustentável.

O artigo está assim estruturado. A primeira seção apresenta o contexto do problema pesquisado, com seus objetivos e delimitações de estudo. A segunda seção discute os conceitos sobre economia solidária, a universidade e suas relações com as políticas públicas e formação para setor. A terceira seção mostra o tipo de pesquisa que foi realizada e os procedimentos metodológicos. A quarta seção apresenta e discute os resultados encontrados. Finalmente, temos as considerações finais seguida das referências utilizadas no trabalho.

## Fundamentação Teórica

A origem etimológica do termo Economia Solidária é trabalhada por Gurgel (2013) que aborda suas origens no latim onde Economia provém da palavra *oeconomia* e significa arte de administrar a casa enquanto a palavra Solidária provém da palavra *solidare* e significa corroborar, apoiar. Ele ainda apura que, em sentido corrente, reúne a atividade econômica com a solidariedade entre os agentes.

Seu surgimento se deu após o capitalismo industrial na Europa de forma reacionária ao empobrecimento dos artesãos em função da difusão das máquinas a vapor e da estrutura produtiva fabril. Suas raízes podem ser encontradas a partir de clássicos do socialismo utópico, Robert Owen, Charles Fourier e Saint Simon, sendo o primeiro um grande protagonista dos movimentos políticos e sociais na Grã-Bretanha nas primeiras décadas do século XIX (SINGER, 2002b).

A Economia Solidária se enquadra na tentativa de problematização de novas práticas organizativas a partir de um conjunto de referências no que diz respeito a reflexões que tratam da relação entre democracia e economia numa perspectiva descritiva e compreensivista de pesquisa, avaliando milhares de experiências no mundo envolvendo milhares de pessoas assalariadas ou mesmo voluntariadas, cada uma com sua singularidade (EME; LAVILLE, 1996).

Suas características se resumem num jeito de fazer acontecer uma atividade econômica de produção, oferta de serviço, comercialização e finanças, através do cooperativismo e da autogestão, onde o consumo e as relações sociais possam se dar de forma mais humana, solidária e sustentável e não de forma capitalista consumista como estamos acostumados (SINGER, 2002b).

A economia solidária, ainda segundo França Filho (2001), possui como características a cooperação como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e a partilha dos resultados; a autogestão como práticas democráticas participativas nas decisões; a solidariedade que congrega esforços

mútuos para alcance dos objetivos; e a ação econômica que congrega esforços para viabilidade econômica das iniciativas ou empreendimentos.

As práticas desse modo de produção são calcadas “em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular” (GOMES *et al.*, 2007, p. 37).

Para melhor compreensão do movimento da Economia Solidária faz-se necessário remeter-se aos conceitos históricos e suas bases sociológicas para assim ver que o movimento não é um conceito tão atual como a sua nomenclatura utilizada nos dias de hoje e assim perceber que ela já se fazia presente desde a transição do sistema de produção feudal para o capitalismo quando se viu o surgimento do cooperativismo (DIAS, 2011).

Assim sendo, a Economia Solidária está interligada às questões sociais e mazelas deixadas na instauração do capitalismo, apontando novas formas de relações sociais caracterizadas pela relação de exclusão que se dá com o trabalhador (VAN HERK VASCONCELOS; COUTO FERNANDES, 2015).

Singer (2002b,) salienta que as raízes da economia solidária podem ser encontradas a partir de Robert Owen, Charles Fourier e Saint Simon, clássicos do socialismo utópico, sendo o primeiro um grande protagonista dos movimentos políticos e sociais na Grã-Bretanha nas primeiras décadas do século XIX.

Contudo, o destaque trazido por Tamayo (2014) diz respeito à Economia Solidária e sua propagação em larga escala bem como do cooperativismo, do mutualismo e das empresas autogestionárias no momento pós-caída do bloqueio soviético e fim da guerra fria. Antes desse período, essas relações de trabalho surgiam em situações particulares de acordo com a necessidade de comunidades específicas.

No Brasil, a economia solidária ressurgiu na década de 1980 em um cenário onde as condições lhes eram favoráveis, ou seja, no período que o país retoma suas ações políticas democráticas após o período de intervenção militar (1964 - 1985), quando os partidos de esquerda se reorganizam. No mesmo período, o mundo se depara com uma crise de trabalho provocada pelas indústrias que promoveram demissão em massa causada pela inovação tecnológica (ANTUNES, 1995, 1999; ALVES, 2000, 2009).

Foi a partir desse cenário e da organização sindical que nasceu um movimento de trabalhadores que resgataram essas empresas, o chamado Empresas Recuperadas por Trabalhadores em Regime de Autogestão. Nesse espaço, surgiram novas formas organizacionais e foram criando forças a ponto de conceber a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag) com apoio das universidades e suas incubadoras. Essas incubadoras eram baseadas nas redes de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e de Incubadora de Cooperativas da Unitrabalho (DIAS, 2011).

Foi na década de 90 que a Economia Solidária surgiu na agenda política do governo e se deu a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (DIAS, 2011). Desde então, a economia solidária no país passa a ser um assunto que interessa não apenas a quem a pratica, mas também a grupos de lideranças e até mesmo aos governantes, uma vez que ficou clara sua viabilidade na manutenção de vários empregos e rendas tendo em vista atingir uma parcela significativa da população produtiva (PNES, 2015).

Para Cárdenas *et al.* (2016), é de extrema importância ter em mente que uma política pública é, principalmente, o envolvimento direto do Estado com o cidadão. São as políticas públicas que permitem interpretar as transformações das sociedades contemporâneas.

Enrique Saravia (2006) define política pública como um sistema de decisões públicas que visam modificar, ou mesmo manter uma determinada realidade social por meio de ações, ou omissões das

entidades públicas competentes. De forma mais incisiva, Secchi (2017, p. 2) assim entende que: “Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...]”.

Forbelini *et al.* (2016) afirmam que a Economia Solidária conseguiu extrapolar as previsões que seria um movimento temporário, ganhando destaque pela sua importância no desenvolvimento de estratégias de geração de renda. Assim, entrou na pauta da agenda pública com a implantação de várias estratégias de fomento, formando um conjunto de políticas econômicas.

De acordo com Cárdenas *et al.* (2016) as políticas públicas em Economia solidária podem levar em consideração diferentes aspectos, dependendo do ponto de vista dos autores que discutem sobre o tema, como Paul Singer. Para este, tais políticas têm como objetivos a transmissão de conhecimentos a trabalhadores que possam estar interessados em empreendimentos desse movimento bem como a capacitação das pessoas que já se encontram em algum empreendimento.

A política pública nacional para Economia Solidária teve como antecedentes a fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária, em 2002, pelo governo federal e veio a materializar-se com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) interligada ao Ministério do Trabalho, em 2003. Pode-se dizer que a maioria das políticas públicas da Senaes se destina a apoiar e ampliar ações que já haviam sido tentadas ou ao menos esboçadas anteriormente por movimentos sociais ou Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas à economia solidária (SINGER, 2009).

A agenda de políticas governamentais incorporou a Economia Solidária de forma tímida por meio de iniciativas de cooperação econômica e autogestão surgidas no âmbito dos programas de geração de trabalho e renda. Essas iniciativas aconteceram a partir de um ‘experimentalismo’ de políticas que apoiavam a economia solidária (SCHIOCHET, 2009).

Nesse sentido, tem-se um importante instrumento da política pública para o fortalecimento das práticas pedagógicas e metodológicas de educação em Economia Solidária, principalmente por meio de uma reflexão crítica sobre a prática, a valorização do saber popular, a construção coletiva do saber e da constante visitação à realidade vivenciada pelos empreendimentos econômicos solidários. “A sistematização de experiências, como prática pedagógica de educação popular e Economia Solidária, possibilita que a riqueza e diversidade metodológica sejam conhecidas e reinventadas pelos (as) diversos (as) trabalhadores(as) da Economia Solidária” (REDE CFES, 2015, p. 07).

É válido sinalizar que a expansão da economia solidária se deve ao apoio de grandes instituições que aceleraram sua atuação alcançando um grande número de cooperados. São eles, a Igreja Católica através da Cáritas do Brasil, atuando principalmente com os Projetos Alternativos Comunitários, o Movimento dos Sem Terra – MST que ofereceram cooperação agrária, a CUT que passou a apoiar as iniciativas solidárias e a mobilização de sindicatos e as Universidades com as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que passaram a contribuir para criação de novas empresas (FBES, 2010).

O que proporcionou um grande salto que beneficiou a economia solidária no Brasil, no que diz respeito à participação das universidades, foi a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) em 1990, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (REBEHY; BELLISSIMO; CALDANA, 2016). Apesar das ITCP’s antecederem o Plano Nacional de Economia Solidária - PNES (2015-2019), este instrumento converge com esse plano por destacar a necessidade de parcerias com as Universidades por meio de projetos de extensão, pesquisa universitária, cursos de especialização, mestrado e doutorado voltados para a economia solidária.

O Plano Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro (2015), por sua vez, também inclui na sua relação de metas estruturantes, parcerias com universidades, instituições de ensino e organizações que desenvolvam atividades educativas a fim de promoverem cursos de capacitação/formação em Economia Solidária, tanto para os empreendimentos solidários quanto para os gestores públicos da economia solidária em todos os níveis de graduação e pós-graduação, com atividades de extensão, ensino e pesquisa.

Schiochet (2009) relata que do ponto de vista das políticas públicas, a inclusão da economia solidária nas ações governamentais enfatiza, de certa forma, os limites e contradições do “Estado mínimo para o social”, já que esse tipo de gestão exigia uma posição cada vez mais ativa dos governos: compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos, integrar o Estado à economia real das comunidades. “De alguma maneira pode-se afirmar que as exigências da economia solidária contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e para a defesa da participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais” (SCHIOCHET, 2009, p. 57).

Para Forbelini et al. (2016), a Economia Solidária inicialmente foi encarada como alternativa de enfrentamento das crises do capital, sendo pensada como provisória, hoje é uma das estratégias de desenvolvimento com grande impacto global. Apesar da diversidade de definições, nomenclaturas e atuações, essa política pública está presente na maioria dos municípios brasileiros.

No contexto atual, a educação é desafiada por uma prática que vise a construção social de conhecimento, a partir dos problemas reais em busca de soluções que contribuam para o bem estar da população. A construção de conhecimentos socialmente úteis passa por práticas educacionais, culturais, técnicas e profissionais e quanto mais esses conhecimentos forem construídos coletivamente, tanto mais serão válidos para os grupos e comunidades envolvidos (REDE CFES, 2016).

A Economia Solidária, enquanto processo educativo, baseia-se no cotidiano de projetos de educação popular - cooperativas e associações – e traz contribuições ao sujeito que passa a compreender a realidade em que ele vive, fazendo-o perceber-se como efeito de um sistema que o explora, marginaliza e o torna descartável quando não consegue se integrar a ele. Concomitantemente, são discutidas as mazelas sociais em vez de conformar-se com elas, propondo e criando novas alternativas, a partir de novos valores de solidariedade e cooperação entre as pessoas (ROBERTO; SCARIOT; ZIMMERMANN, 2012).

Como afirma Gomes et al. (2007), são cruciais para a viabilidade, concretização e sustentabilidade de uma política pública de Economia Solidária: a formação, capacitação e assistência técnica adequadas aos EES; a sensibilização e organização para o trabalho coletivo; a geração de informações, de conhecimentos e de tecnologias sobre os aspectos que envolvem o empreendimento, inclusive como geri-lo de forma coletiva e solidária.

Para Figueiredo (2020) ao pensarmos uma educação como prática solidária, o diálogo apresenta-se como uma categoria fundamental para apontar caminhos alternativos fundados na dádiva, na reciprocidade e na cooperação frente ao mundo dominado pelo paradigma utilitarista centrado no individualismo.

Em suma, os conteúdos voltados à educação em Economia Solidária devem ter em pauta a construção de uma concepção crítica da realidade e produção de outra visão de mundo, onde a solidariedade seja resgatada como elemento humanizador e transformador da vida em sociedade (REDE CFES, 2016).

A universidade possui um papel vital no debate sobre a exclusão, participando da construção de alternativas e apontando caminhos. Por ser uma instituição criada pela própria sociedade, relaciona-se diretamente com ela de modo que as questões alarmantes da sociedade são igualmente as da universidade (HECKERT, 2004).

As universidades atuam no auxílio da propagação do movimento de Economia Solidária, através do trabalho de extensão. A extensão enquanto função de prestação de serviço social deve se integrar ao ensino/pesquisa para que possa ser criada uma troca de saberes entre universidade e sociedade (BOTELHO et al., 2016).

Ao pensar no trabalho de uma incubadora, o que deve ser levado em conta é como e para quem vai ser direcionado o trabalho. No caso da Economia Solidária, esse direcionamento se dará por meio de um debate democrático para definições de objetivos comuns e assim contemplar os interesses de todos os envolvidos (MURAD; ABREU, 2016).

O trabalho dos técnicos e acadêmicos precisa ser cuidadoso ao aplicar um conhecimento para levar em conta a cultura e a educação dos cooperados que se diferem daqueles (MURAD; ABREU, 2016). Existe em todo indivíduo um conhecimento prévio sobre o que vai ser trabalhado, mesmo que de forma popular e não de forma técnica como os universitários estão acostumados a lidar. Essa compreensão pode oferecer a possibilidade de orientar os cooperados a desenvolver melhor suas habilidades e senso crítico (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011).

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares têm sido o principal espaço do apoio universitário à Economia Solidária. Guimarães (2000) relata que as Universidades, sob os preceitos de extensão universitária, desenvolvem trabalhos sob imparcialidade, neutralidade e continuidade do projeto, evitando o ciclo político dos governos municipais, estaduais e federais.

Singer (2002a, p. 26) assegura que “as Incubadoras Universitárias decidem integrar uma rede para a troca de experiências e a ajuda mútua tendo em vista estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão (em que se enquadra a incubação), mas também de ensino e pesquisa”.

Nesse sentido, as Instituições de Ensino Superior, sobretudo as que de fato incorporam a tríade ensino-pesquisa-extensão universitária, tem um papel importante como promotora da relevância da economia solidária, visto que:

Os princípios da integração ensino-pesquisa, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da universidade revelam um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania (JEZINE, 2004, p. 03).

Heckert (2004) acrescenta que a Economia Solidária assume uma perspectiva de um novo projeto de sociedade e sinaliza também para uma nova universidade, portadora de uma nova ética, de uma nova cultura pautada nos princípios da solidariedade e da cooperação, na prática da autogestão, buscando enfrentar os desafios da globalização, coexistindo com um modo de produção antagônico. Dessa forma, “a despeito de seus limites, a economia solidária, com seu potencial inovador, abre perspectivas para renovar também a universidade” (HECKERT, 2004, p. 02).

## Metodologia

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, buscou explorar e descrever as ações universitárias, das principais instituições de ensino superior do estado do Rio de Janeiro, que pudessem oferecer suporte ao desenvolvimento do cooperativismo popular no estado. Desse modo, caracteriza-se como uma pesquisa de finalidade exploratória e descritiva (GIL, 2008; VERGARA, 2006).

A seleção das universidades pesquisadas atendeu a dois critérios: inclusão de todas instituições públicas sediadas no estado do Rio de Janeiro; escolha das duas maiores universidades privadas, em número de alunos matriculados e com campi dentro do território fluminense, segundo o Ranking Universitário da Folha de 2017. As instituições públicas, como já citado, devem-se ao seu compromisso com a transformação social e sua abrangência territorial no estado. Os Institutos Federais não foram contemplados, em função da diferenciação na oferta das modalidades de ensino, já que o seu foco está na formação básica, técnica e tecnológica. As instituições privadas foram escolhidas para efeitos comparativos em relação às públicas.

Universidades selecionadas: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Universidade Federal Fluminense - UFF; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO; Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; Universidade Estadual Norte Fluminense – UENF; Universidade Estácio de Sá – UNESA (privada); Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy – UNIGRANRIO (privada).

Para a coleta dos dados documentais utilizaram-se: a) o Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) e o Plano Estadual do RJ de Economia Solidária (2015), a fim de identificar as políticas públicas que envolvessem as universidades ao tema estudado; b) os sites das instituições de ensino superior, para observar a existência de conteúdos acadêmicos que estivessem diretamente relacionados ao conceito de economia solidária (disciplinas da grade curricular, projetos de pesquisa e extensão, grupos de estudo cadastrados no CNPq, teses e dissertações). Os dados documentais foram tratados pela análise de conteúdo seguindo suas respectivas etapas prescritas por Bardin (2011):

1º) Preparação das informações – realizou-se a leitura dos documentos listados e dos sites das universidades. Nos sites universitários, buscou-se por ações de “ensino, pesquisa e extensão relacionadas à economia solidária”.

2º) Unitarização – foram retirados dos documentos as unidades de análise para posterior categorização: trechos dos dois planos (nacional e estadual) e dos sites universitários em que fossem encontradas informações relacionando as universidades à economia solidária.

3º e 4º) Categorização e descrição – criou-se uma matriz para categorias e subcategorias, com suas respectivas descrições/definições, a fim de analisar os dados.



**Quadro 1** – Matriz analítica para a pesquisa documental.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Dados a investigar</b>
<b>Ensino</b> (processo de construção do saber, com apropriação do conhecimento historicamente produzido pela humanidade)	<b>Graduação</b>	Disciplinas oferecidas na graduação
	<b>Pós-graduação</b>	Disciplinas oferecidas na pós-graduação stricto sensu
<b>Pesquisa</b> (processo de materialização do saber a partir da produção de novos conhecimentos baseado de problemas emergentes da prática social)	<b>Linhas de pesquisa e grupos de estudo</b>	Projetos de pesquisa vigentes cadastrados no CNPq ou concluídos a partir de 2003
	<b>Dissertações</b>	Defendidas a partir de 2003
	<b>Teses</b>	Defendidas a partir de 2003
	<b>Laboratórios/observatórios</b>	Em cooperação ou não com os projetos de pesquisa
	<b>Eventos científicos</b>	Congressos, seminários, workshops, encontros realizados
<b>Extensão</b> (processo educativo, cultural e científico, de intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da sociedade)	<b>Cursos de formação</b>	Específicos na área de economia solidária
	<b>Incubadoras</b>	De cooperativas populares
	<b>Outras ações extensionistas</b>	Participação com representação em redes de formação em economia solidária, nos fóruns estaduais e municipais de E.S., entre outros.

**Fonte:** elaborado pelos autores

Da aplicação desse quadro analítico, obteve-se os resultados que são apresentados de forma sumarizada, por meio de estatística descritiva, e acompanhados da respectiva discussão teórica-empírica, com base nos achados e nas teorias apresentadas. É válido mencionar que como fator limitante da pesquisa, tem-se a desatualização dos repositórios de trabalhos acadêmicos e sites das Instituições aqui estudadas.

## Resultados e Discussão

Neste estudo foram investigadas 8 instituições entre federais, estaduais e privadas (quadro 2) a partir das dimensões ensino, pesquisa e extensão. Foram analisadas as grades dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, as linhas e grupos de pesquisas, bem como suas iniciativas em ITCPs, visando identificar o alinhamento ao Plano Nacional de Economia Solidária e o Plano Estadual do RJ de Economia Solidária para difusão do tema no Estado.

**Quadro 2 – Relação de Instituições e programa para Economia Solidária**

	Instituição	Ensino	Pesquisa	Extensão
Estaduais	UERJ	✓	✓	✓
	UENF	✓	✓	✓
Federais	UFF	✓	✓	✓
	UFRJ	✓	✓	✓
	UFRRJ	✓	✓	✓
	UNIRIO		✓	
Privadas	UNESA			
	UNIGRANRIO		✓	

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Verificou-se que a maioria das instituições fluminenses tem algum programa de ensino, extensão e pesquisa que trabalham em alguma dimensão da economia solidária. As instituições federais e estaduais, provavelmente influenciadas pela diretriz do Plano Nacional de Economia Solidária e princípios da Senaes, apresentam programas que tratam a temática em cursos, pesquisas, oficinas, laboratórios/observatórios e incubadoras, ajudando assim a divulgação e consolidação da economia solidária no meio acadêmico, corroborando Heckert (2004) quanto ao papel vital das Universidades no debate sobre a exclusão e construção de alternativas. No entanto, as universidades particulares, a partir de dados levantados nos sites das instituições, demonstraram que não apresentam programas com este fim, com uma pequena exceção para a UNIGRANRIO que apresentou na área de pesquisa apenas uma dissertação sobre o tema economia solidária.

Ainda são poucos os cursos de *graduação e pós-graduação* que se dedicam à economia solidária, com destaque para a UFRJ, UFF e UFRRJ. Por sua vez, quando se analisa os cursos de *extensão*, sob os preceitos da extensão universitária (GUIMARÃES, 2000; JEZINE, 2004), é observado que os mesmos apresentam uma maior representatividade, dado que são encontrados cursos oferecidos em consonância com suas linhas de pesquisas, fomentados pelos próprios grupos de pesquisas e laboratórios, internos às instituições, com destaque maior para UFRJ que demonstra um desenvolvimento mais significativo no tema economia solidária.

A UFRJ merece destaque nessa análise, pois de todas as instituições de ensino aqui apresentadas, ela abrange o maior número de ações voltadas à Economia Solidária, provavelmente por ser criadora da primeira ITCP do país na década de 1990 (REBEHY; BELLISSIMO; CALDANA, 2016). Infere-se assim que a instituição tem em números um maior volume de trabalhos e atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo porque sua incubadora proporciona ações extensionistas e demais práticas que decorrem dessas propostas.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desponta como uma das principais Universidades promotoras do conceito de Economia Solidária e temáticas afins como Gestão Social e Cooperativismo. Em segundo lugar, temos a UFRRJ que possui cursos e programas que discutem problemas da área rural e que acabam relacionando-os ao tema.

No período de 2003 – 2017 foram encontradas, nas bases das instituições UFRJ, UFRRJ, UERJ, UENF e UNIGRANRIO, 49 dissertações e teses, que tratavam de economia solidária e temas correlacionados, como gestão social e cooperativismo. Na instituição UNESA não foram encontradas publicações relacionadas com o tema e na Unirio não foi possível o levantamento por indisponibilidade da base de dissertações.

Vale mencionar que de 2003 a 2010 os números de trabalhos desenvolvidos com essa temática foram maiores quando comparados aos últimos anos (2011 a 2017). Pode-se inferir que existe uma relação com o momento em que o fomento por empreendimentos solidários estava mais forte, em virtude da mobilização do Estado em discutir a temática por meio da criação do Senaes, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária.

Em levantamento feito nos repositórios de trabalhos acadêmicos das universidades mencionadas, focando exclusivamente em dissertações e teses, notou-se assim, que a maioria dos trabalhos consiste em Dissertações, trabalho apresentado como requisito para grau de Mestre. Consequentemente, alguns autores deram sequência à sua área de pesquisa e também defenderam sua tese sob a mesma temática. Ou seja, como esperado, os pesquisadores acabam se aprofundando na área de estudo, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento da temática no meio acadêmico bem como sua propagação por meio da sociedade civil.

Percebeu-se, a partir dos dados dos repositórios, que a temática Economia Solidária é discutida algumas vezes sem apresentar necessariamente essa denominação. Dessas teses e dissertações, 10 eram sobre Cooperativismo e 8 eram sobre Gestão Social que também compreendem trabalhos acerca do tema.

Esta pesquisa não localizou nenhum programa de pós-graduação que fosse unicamente direcionado ao desenvolvimento de projetos voltados à Economia Solidária. Entretanto, Margarita e Argélia (2016) abordaram em suas pesquisas o mestrado em “Gerenciamento de projetos para o desenvolvimento solidário”, do Instituto Politécnico Nacional (IPN) da cidade de Oaxaca, no México. O trabalho das autoras procurou apresentar a abordagem multidisciplinar do currículo desse curso.

### Quadro 3 – Quantidade de Dissertações/Teses por cursos de pós-graduação.

Curso	Número de Publicações
Engenharia	20
Administração	10
Planejamento Urbano e Regional	4
Serviço Social	4
Antropologia Social	3
Educação	3
Economia	2
Ciências Agrárias	1
Ciências Sociais	1
Direito	1
Total Geral	49

Fonte: Elaborado pelos autores.

Do Quadro 3, observa-se que, se por um lado era esperado que a maioria dos trabalhos acadêmicos, encontrados nesta pesquisa, tivesse sua origem em cursos de pós-graduação, cujas abordagens relevantes fossem mais ligados às Ciências Sociais Aplicadas – Administração, Ciências Econômicas, Serviço Social e outros – por outro, identificou-se que grande parte das teses e dissertações, aqui levantadas, o total de 20, são oriundas de cursos de pós-graduação da área das Engenharias. Infere-se que tal explicação seja pelo fato de as incubadoras estarem vinculadas a essa área, como é o caso do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ).

Sendo assim, há um campo vasto para crescimento de ensino, pesquisa e extensão daqueles centros de ciências universitários cujos focos acadêmicos gravitam pela gestão do trabalho, da produção e da transformação social. Abre-se, assim, uma possibilidade de renovação da universidade, portadora de uma nova ética, de uma nova cultura pautada nos princípios da solidariedade e da cooperação, para enfrentar os desafios da globalização (HECKERT, 2004; FIGUEIREDO, 2020).

### **Considerações finais**

A presente pesquisa pretendeu verificar como as universidades do estado do Rio de Janeiro têm contribuído para a consolidação do movimento da economia solidária na região fluminense e quais ações vêm sendo realizadas para esse propósito, assim como o que se pode fazer para as universidades serem mais ativas em relação ao crescimento da economia solidária.

A Economia Solidária, como alternativa favorável ao desenvolvimento social e produtivo de comunidades carentes, apresenta-se como um contraponto à realidade brasileira do desemprego e informalidade que uma grande parcela da sociedade vive: uma problemática sistêmica do Brasil. Enquanto processo educativo, baseia-se no cotidiano de projetos de educação popular - cooperativas e associações – e traz contribuições ao sujeito que passa a compreender a realidade em que ele vive, buscando alternativas para se integrar ao sistema produtivo de forma digna e sustentável. A partir desse contexto buscou analisar as oito instituições de ensino superior sob suas perspectivas da dimensão de formação e geração de conhecimento.

Os resultados da pesquisa evidenciaram a influência das universidades no crescimento do tema Economia Solidária no estado do Rio de Janeiro demonstrado por meio do incremento dos programas de ensino, ações de extensão e pesquisas. Isso é evidenciado especialmente nas universidades federais e estaduais, a partir do ano de 2003, por meio das dissertações publicadas, artigos e projetos de extensão em que se inserem as incubadoras de cooperativas populares. A pesquisa também revelou que ainda há um longo caminho a ser percorrido para se conquistar novos espaços nas universidades fluminenses, que permitam uma integração dos pesquisadores universitários com comunidades na busca de solução dos problemas sociais, principalmente na oferta de cursos e projetos de extensão. Nesse sentido, destaca-se a tímida participação de cursos ligados às áreas das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas na oferta de cursos e projetos ligados ao cooperativismo dada a sua importância para uma maior equidade social.

No que tange às dimensões ensino, pesquisa e extensão, foco deste estudo, uma maior oferta de disciplinas sobre economia solidária nos cursos de graduação e pós-graduação estimularia a produção de trabalhos científicos para área e alargaria as possibilidades de estabelecimento de grupos de pesquisa e projetos de extensão. A temática sobre economia solidária também poderia ser ampliada, no estado, por meio de eventos científicos (encontros, jornadas, congressos). A participação das universidades, por meio de professores e alunos, nos Fóruns Municipais e no Fórum Estadual do Rio de Janeiro de Economia Solidária poderia aproximar mais a academia da realidade das cooperativas populares e da comunidade. Essa aproximação traria novos olhares para o desenvolvimento da Economia Solidária no estado.

Este trabalho não procurou esgotar as possibilidades de discussão em torno de políticas públicas voltadas à Economia Solidária e sua relação com as Universidades. Na verdade, trata-se de um estudo incipiente que pode ser ampliado para outras universidades públicas e privadas, inclusive os Institutos Federais, além de outros estados brasileiros com o objetivo de avaliar o alcance e adesão das diretrizes do Plano Nacional de Economia Solidária (PNES) nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão universitária, trazendo uma abordagem comparativa do território brasileiro.

No caso do estado do Rio de Janeiro, mergulhado em uma crise socioeconômica profunda, os resultados deste estudo apontam para a importância das universidades nas políticas públicas de fomento e consolidação da Economia Solidária no território fluminense. Na contramão do ideário neoliberal que apregoa o Estado mínimo e menos investimentos nas universidades públicas, esta pesquisa mostra que são essas instituições de ensino que protagonizam o movimento cooperativo solidário no estado, contribuindo para reflexões e ações em torno de um modo alternativo de produção com mais ética, transparência e justiça social.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez., 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200008>>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011.
- BOTELHO, L. L. R. et al. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: atuando a partir da extensão universitária. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 189-205, dez., 2016. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1983-4535.2016v9n4p189>>. Acesso em: 07 jul. 2019.
- CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos Ebape. br**, v. 9, p. 681-703, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000300002>>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- CÁRDENAS, M. S. A. et al. Retos de la Alcaldía de Medellín para la aplicación de la Política Pública de Economía Social y Solidaria. **Finanz. Polit. Econ.**, v. 8, n. 2, p. 401-430, 2016. Disponível em: <<http://redalyc.org/pdf/3235/323547319008.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2018.
- DIAS, T. F. Gestão Social em Empreendimentos Econômicos Solidários: uma abordagem no Oeste Potiguar. Natal. **Tese** (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. (CDU 658.1).
- EME, B.; LAVILLE, J. L. Economie plurielle, economie solidaire: précisions et compléments. **Revue du MAUSS**, Paris, n. 7, 1996.
- FERRARINI, A. V.; GAIGER, L. I.; SCHIOCHET, V. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia (RBS)**, v. 6, n. 12, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6343213>>. Acesso em: 13 mai. 2018.
- FIGUEIREDO, J. W. Perspectivas para a construção de práticas pedagógicas solidárias a partir de Freire e Bakhtin. **Diálogo**, n. 45, p. 33-41, 2020.

- FRANÇA FILHO, G. C. D. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade Estado [conectados]**, Brasília, v. 16, p. 245-275, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100011>>. Acesso em: 18 mai. 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, F. P. et al. Introdução a economia solidária. In: **Formação em Economia Solidária**. Projeto Casa Brasil, 2007.
- GUIMARÃES, G. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição de um modelo alternativo de trabalho e renda. In: SINGER, P; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000.
- GURGEL, C. Economia solidária. In: VIEIRA, F. O. et al. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**, Curitiba: Ed. Juruá, 2013.
- HECKERT, S. M. R. A emergência e potencialidades da economia solidária e autogestão no contexto das transformações do mundo do trabalho: a participação da Universidade. **Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, Brasília, v. 24, p. 7-8, ago., 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5703](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5703)>. Acesso em: 16 ago. 2018.
- JEZINE, E. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. In: 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2, 2004. **Anais...** Belo Horizonte. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf901/as-praticas-curriculares/as-praticas-curriculares.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- LAVILLE, J.-L. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 84, p. 7-47, 2009. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/381>>. Acesso em: 13 mai. 2018.
- MARGARITA, R. C.; ARGELIA, J. R. L. Multidisciplinary approach for curriculum design of professional master's program with focusing on solidary economy in Oaxaca, Mex. **Educational Research and Reviews**, v. 11, n. 14, p. 1317-1323, July, 2016. Disponível em: <<https://academicjournals.org/journal/ERR/article-stat/379907A59525>>. Acesso em: 13 mai. 2018.
- MURAD, E. P.; ABREU, J. Andrade. Incubadoras Universitárias de Economia Solidária: Metodologias em perspectiva. **Revista Gestão Universitária na América Latina (GUAL)**, v. 9, n. 3, p. 108-130, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2016v9n3p108>>. Acesso em: 13 mai. 2018.
- Plano Estadual de Economia Solidária. Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2017.
- REDE CFES. SNES-MTE. Nossa prática, nossa riqueza. **Revista de Sistematização de experiências de Educação em Economia Solidária**. Brasília, 2015.
- REDE CFES. SNES-MTE. **Referenciais Metodológicos de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária**, 2016.
- REBEHY, P. C. P. W.; BELLISSIMO, D. Y.; CALDANA, A. C. F. A Metodologia de uma Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (ITES): Instrumento de Promoção de Inovação e Empreendedorismo?. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, v. 7, n. 1, p. 187-204, 2016. Disponível em: <<https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/233>>. Acesso em: 13 mai. 2018.
- RIBEIRO, R. J. Especialistas dizem que papel da universidade é mudar a realidade social. **Pesquisas e Dados**. Ministério da Educação, 2005.
- ROBERTO, J.; SCARIOT, N.; ZIMMERMANN, I. **A economia Solidária e a ITECSOL/UNIJUÍ: produção e interlocução de conhecimentos**, 2012.
- SARAVIA, E. O conceito de política pública. SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas; coletânea**. Brasília: ENAP, 2006.
- SCHIOCHET, V. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios. **Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, Brasília, v. 40, p. 55-59, ago., 2009.
- SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning. 2 ed., 2017.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

SINGER, P. **Políticas Públicas da secretaria nacional de economia solidária do Ministério do Trabalho e Emprego**, 2009.

TAMAYO, J. M. V. Construcción del concepto de economía solidaria: una mirada a la teoria económica comprensiva. **Cooperativismo & Desarrollo**, v. 22, n. 105, p. 17-29, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ucc.edu.co/index.php/co/article/view/690>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

VAN HERK VASCONCELOS, A. C.; COUTO FERNANDES, V. D. Comunidade Chã de Jardim: gestão socioambiental como promotora do desenvolvimento sustentável com foco na economia solidária. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, n. 67, jul., 2015. ISSN 2236-5710. Acesso em: 07 jul. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v20n67.47625>.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. Atlas, 2006.

Submetido em: 30.08.2021

Aceito em: 25.11.2021